

Projeto “Meu lugar na História”: uma ação de Educação Patrimonial entre a UFPE e o IHAGGO em Goiana-PE

My Place in History”: a Heritage Education Initiative between UFPE and IHAGGO in Goiana-PE, Brazil.

Arnaldo Szlachta¹
Josemir Camilo de Melo²
Wilian Bonete³

RESUMO: O projeto "Meu Lugar na História" foi uma iniciativa de extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), voltada para a educação patrimonial no município de Goiana, Pernambuco. Pensada a partir da disciplina “Educação Patrimonial” da Licenciatura em História, com foco no circuito de igrejas católicas de Goiana. A proposta foi desenvolvida em colaboração com o Departamento de História da UFPE, através dos laboratórios LAEH (Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História) e LEMATL (Laboratório de Estudos do Mundo Atlântico), e com o Departamento de Ensino e Currículo do Centro de Educação. A parceria com a Secretaria de Educação e Inovação (SECEDI) da Prefeitura de Goiana e o Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO). A iniciativa está ancorada em referências oriundas da Didática da História, sobretudo a partir do trabalho com os conceitos de cultura histórica (RÜSEN, 2015), significância histórica, evidência histórica e empatia histórica (LÉVESQUE, 2008), bem com a perspectiva da Educação Patrimonial (MATTOZI, 2008, TOLENTINO, 2016, PINTO, 2012) e suas relações com o ensino de História. Buscou constituir novos olhares sobre o patrimônio cultural local, integrando a comunidade, os estudantes universitários e os estudantes da Educação Básica, estabelecendo construções de sentido sobre aspectos patrimoniais, reforçando sua relevância na construção de identidades, e no fortalecimento do vínculo entre os cidadãos e sua História local.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; Consciência Histórica; Construção de sentido.

ABSTRACT: The "My Place in History" project was an extension initiative of the Federal University of Pernambuco (UFPE), focused on heritage education in the municipality of Goiana, estate of Pernambuco in Brazil. It was conceived within the framework of the "Heritage Education" course in the History degree program. With a focus on the circuit of Catholic churches in Goiana, the proposal was developed in collaboration with UFPE's Department of History through the LAEH (Laboratory of Learning and Teaching of History) and LEMATL (Laboratory of Atlantic World Studies), as well as the Department of Teaching and Curriculum of the School of Education. The partnership with the

¹ Docente na Universidade Federal de Pernambuco desde 2019, atuando na Licenciatura em História, docente Permanente dos Programas do Pós-Graduação em História (PPGHistória) atuando na Linha: Saberes Históricos, Teoria, Ensino e Mídias; e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProffHistória). E-mail: arnaldo.szlachta@ufpe.br

²Graduado em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1974), mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1978) e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), com pesquisas em arquivos ingleses. Professor aposentado da Universidade Federal de Campina Grande, membro do IHAGGO. E-mail: jcdemelo2@gmail.com

³ Universidade de Pelotas. E-mail: jcdemelo2@gmail.com

Secretary of Education and Innovation (SECEDI) of the Municipality of Goiana and the Historical, Archaeological, and Geographic Institute of Goiana (IHAGGO) was crucial. The initiative is anchored in references from the Didactics of History, especially from working with the concepts of historical culture (RÜSEN, 2015), historical significance, historical evidence, and historical empathy (LÉVESQUE, 2008), as well as the perspective of Heritage Education (MATTOZI, 2008, Tolentino, 2016, Pinto, 2012) and its relations with the teaching of History. It sought to constitute new perspectives on local cultural heritage, integrating the community, university students, and basic education students, establishing constructions of meaning about heritage aspects, reinforcing its relevance in the construction of identities, and in strengthening the bond between citizens and their local History

KEYWORDS: Heritage Education; Historical Consciousness; Meaning-Making

INTRODUÇÃO

O projeto "Meu Lugar na História" foi uma iniciativa de extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nascida da proposta dos próprios alunos da disciplina obrigatória Educação Patrimonial⁴ do curso de Licenciatura em História. A ideia surgiu a partir da unidade temática "Construindo sentido em patrimônios do cotidiano", e teve como foco o circuito de igrejas católicas do município de Goiana, na Zona da Mata Norte, em Pernambuco.

A construção do projeto foi um esforço colaborativo que envolveu o Departamento de História da UFPE, especialmente através dos laboratórios LAEH (Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História) e LEMATL (Laboratório de Estudos do Mundo Atlântico), ambos integrados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Também foi fundamental a participação do Departamento de Ensino e Currículo do Centro de Educação da UFPE, onde estão lotadas as disciplinas específicas do Ensino de História⁵.

⁴ Trata-se das disciplinas obrigatórias de 45 horas (3 créditos) TE708- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, presente no perfil 1113-1 da Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco. Ementa: "Estuda as diferentes concepções de memória, identidade cultural, diversidade, cidadania, patrimônio, cultura, bens culturais, monumento. Analisa as políticas públicas de preservação patrimonial e instituições responsáveis pela promoção dessas políticas. Analisa a educação patrimonial, sua origem, seus significados, suas práticas educativas e sua relação com o ensino da história. A cidade com instância fundamental da educação patrimonial, os diversos equipamentos culturais e o museu como uma instituição educativa" Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38970/411209/historia_lic_1113.pdf/24ee382d-6bba-4f0d-873a-58a404705a43 acesso em 11 de junho de 2024.

⁵ Disciplina de Ensino de História são as específicas da área de História, do campo do Ensino de História. Atualmente as disciplinas são quatro componentes de Estágio Supervisionado em História, três disciplinas teóricas sobre a Metodologia do Ensino de História, e uma disciplina de Educação patrimonial.

O projeto foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação e Inovação (SECEDI) da Prefeitura municipal de Goiana e o Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO)⁶.

A iniciativa movimentou o curso da Licenciatura em História, atraindo inclusive a procura de alunos do bacharelado em História, o que ocasionou um processo de seleção entre os discentes.

Essa colaboração permitiu que o projeto "Meu Lugar na História" não só valorizasse o patrimônio local, mas também envolvesse ativamente a comunidade e os alunos em um processo educativo, o que reforçou a importância do patrimônio cultural em suas vidas cotidianas. O projeto aconteceu no ano de 2022, sendo o primeiro semestre de organização e estabelecimento dos convênios da UFPE com a prefeitura de Goiana e com o IHAGGO⁷.

O Projeto teve encontros teóricos presenciais através de reuniões nas dependências dos laboratórios do LEMATL, bem como com reuniões on-line do LAEH, que contou com apoio dos pesquisadores do LEH – Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco. Posteriormente, houve a inserção em campo do projeto, que apesar de ser executado pelos alunos da UFPE, teve, em diversos momentos, a participação de professores da Universidade Federal de Pernambuco, bem como membros da Prefeitura de Goiana e do IHAGGO.

A iniciativa não apenas proporcionou aos estudantes universitários e da Educação Básica um contato orgânico e significativo com o patrimônio edificado e cultural local, como também estimulou reflexões sobre os processos históricos destes espaços, bem como sobre a importância desses bens sobre as múltiplas identidades dos goianenses, e o entendimento e construção de sentido do vínculo entre os cidadãos e sua história.

Em termos epistemológicos, o projeto fundamenta-se, principalmente, em referências provenientes da Didática da História e de suas relações com o ensino de história e a educação patrimonial. Conforme aponta Bergmann (1990), a Didática da História tem como função investigar os processos de ensino e aprendizagem da história, bem como as

⁶ O IHAGGO - Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana, foi fundado em 8 de setembro de 1870, como Instituto Histórico de Goiana, sendo o Instituto Histórico municipal mais antigo do Brasil. Restaurado em 2015, está na presidência, desde 2019, o advogado e ex-deputado Harlan de Albuquerque Gadelha Filho. As informações estão disponíveis em: <https://www.cultura.pe.gov.br/ihaggo-celebra-150-anos-de-historia-e-cultura-no-municipio-de-goiana/> acessado em 14 de junho de 2024

⁷ Registramos o nosso profundo agradecimento ao Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO), ao seu presidente Harlan de Albuquerque Gadelha Filho, e à Prefeitura de Goiana pelo apoio que tornou possível a realização deste projeto.

diversas formas de elaboração e recepção do conhecimento histórico em diferentes contextos sociais. Essa área do saber dedica-se à formação da consciência histórica dos indivíduos e à análise da circulação social da história, tanto em contextos escolares quanto em espaços não-escolares.

Um dos conceitos centrais para a compreensão das construções de sentido sobre aspectos patrimoniais e a história local é a noção de cultura histórica. Segundo Gontijo (2019, p.66), a cultura histórica é uma expressão que se refere ao modo como os seres humanos se relacionam com o passado, ou seja, como elaboram suas experiências e as situam no tempo e no espaço. Esse processo resulta em representações com conteúdos empíricos, os quais podem ser "utilizados" para diferentes finalidades.

Para Rüsen (2016, p. 56), a cultura histórica envolve as universidades, museus, escolas, mídias e diversas outras instituições culturais, bem como os lugares de memória coletiva. Ela também abrange funções como ensino, entretenimento, crítica, arte, lutas políticas, ciência e outras formas de rememoração histórica nos espaços públicos. Schmidt (2014, p. 33) reforça essa perspectiva ao afirmar que a cultura histórica possibilita abordar elementos culturais, como “artefatos, ideias, signos e símbolos, linguagens e tudo o que permite e realiza as mediações entre sujeitos e das relações sociais historicamente determinadas, nas quais esses sujeitos são, ao mesmo tempo, produtos e produtores de cultura”.

Essas concepções iniciais permitem situar e contextualizar o município de Goiana, com suas igrejas barrocas, como um espaço imbuído de historicidade, capaz de suscitar sentidos e representações. Meneses (2018) destaca que a elaboração de interpretações sobre o patrimônio histórico e local, enquanto campo de ação, exige a prática de interfaces de pensamento, o desenvolvimento de experiências de pesquisa e a criação de formas de divulgação científica dos saberes, visões e reflexões construídas. Nesse contexto, compreendemos que o projeto “Meu Lugar na História” pode ser considerado um exemplo contundente desse tipo de iniciativa.

Para Matozzi (2008), iniciativas que envolvem a aprendizagem histórica e a educação para o patrimônio devem considerar que os bens culturais não são meramente marcas a serem transformadas em instrumentos de informação. Esses bens devem ser entendidos como elementos que não apenas marcam o território, mas que também se inserem em uma dimensão muito mais ampla do que a localidade. Nessa perspectiva,

segundo o autor, torna-se possível construir conhecimentos históricos sobre o patrimônio e o território, além de fomentar a gestão e a preservação desses espaços na sociedade.

Por fim, é importante destacar que estas e outras referências sustentam a construção deste texto, cujo foco central é apresentar, de forma reflexiva, a constituição de novos olhares sobre o patrimônio cultural local. Tomando como eixo o circuito das igrejas barrocas em Goiana, busca-se integrar a comunidade, os estudantes universitários e os da Educação Básica, promovendo o reconhecimento e a relevância desse patrimônio na construção de identidades e no fortalecimento dos vínculos entre os cidadãos e sua história local.

GOIANA, E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Goiana, um município localizado a aproximadamente 63 km da capital pernambucana, Recife, é uma cidade de grande importância histórica e econômica no estado de Pernambuco. Com cerca de 80 mil habitantes⁸, Goiana é reconhecida por abrigar a fábrica da *JEEP*, pertencente ao Grupo *Stellantis*, que se destaca como a maior fonte de empregabilidade da região, impulsionando o desenvolvimento econômico local.

Goiana surgiu do povoamento que se seguiu à construção de engenhos nas sesmarias originais, doadas por volta de 1570. Nesta data foi doada uma sesmaria de 5.000 braças de terra no Capibaribe-mirim a Diogo Dias, fundando o Engenho Japomim.

A bibliografia sobre este tema é não só extensa, mas também contraditória, abordando não apenas o desenvolvimento atual da cidade, mas também os locais onde os engenhos primitivos foram erguidos nas diversas sesmarias, em torno de seus três rios: o Tracunhaém, o Goiana e o Capibaribe-Mirim.

Originalmente, Goiana surgiu na documentação como aldeia de catequese e, posteriormente, como freguesia por volta de 1568/1569, quando os europeus iniciaram o povoamento da região, expulsando, por meio da guerra, os nativos Potiguara para fundar engenhos. No entanto, em torno de 1574, enfrentaram a reação dos povos indígenas à ocupação de suas terras, evento que ficou conhecido como o Massacre de Tracunhaém. Goiana aparece pela primeira vez nos catálogos da Companhia de Jesus em 1592, registrada como a aldeia de Gueena.

⁸ De acordo com o censo de 2022, o município de Goiana possui 81.042 pessoas. Os dados podem ser obtidos em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> acesso em 05 de agosto de 2024.

Como parte do território da capitania de Itamaracá, Goiana teve seu predicado de freguesia em 1596, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos de Goiana, cuja igreja foi ampliada em 1705. A cidade tornou-se rica em patrimônio histórico e cultural, evidenciado pelo seu circuito barroco das suas oito igrejas, todas tombadas desde 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (DUMARESK, 2018).

As primeiras discussões no grupo do projeto destacaram a antiguidade do circuito de igrejas barrocas no centro de Goiana, cujas construções datam dos tempos coloniais. Esse conjunto inclui a igreja matriz sob invocação de Nossa Senhora do Rosário (dos Brancos), que foi a primeira construção, por volta do final do século XVI e começo do XVII; A igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, construída por volta de 1672; a igreja e convento do Carmo, (da segunda metade do século XVII, c.1685); a da igreja de Nossa Senhora dos Milagres (entre 1722 e 1726); em seguida, a igreja de Nossa Senhora da Soledade, e Recolhimento – convento - (construídos entre os anos de 1753 e 1755); igreja de Santa Tereza, da Ordem Terceira do Carmo (da segunda metade do século XVIII); também deste mesmo século, é a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; e, por último, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, concluída no início do século XIX. Além destas, em funcionamento até os dias de hoje, existiu também a igreja da Irmandade de Nossa Senhora dos Martírios, construída no século XIX e que se arruinou, desaparecendo do cenário urbano. A este conjunto de nove antigas igrejas, o poeta Adelmar Tavares, recifense, da Academia Brasileira de Letras, dedicou um poema sobre os nove sinos de Goiana (o autor, aqui, se referia a mais um “sino”, o da igreja dos Martírios, que não existe mais). Vale destacar o rico patrimônio religioso e artístico que é o Cruzeiro do Carmo, todo em pedra, considerado o maior do Brasil, construído na segunda década do século XVIII.

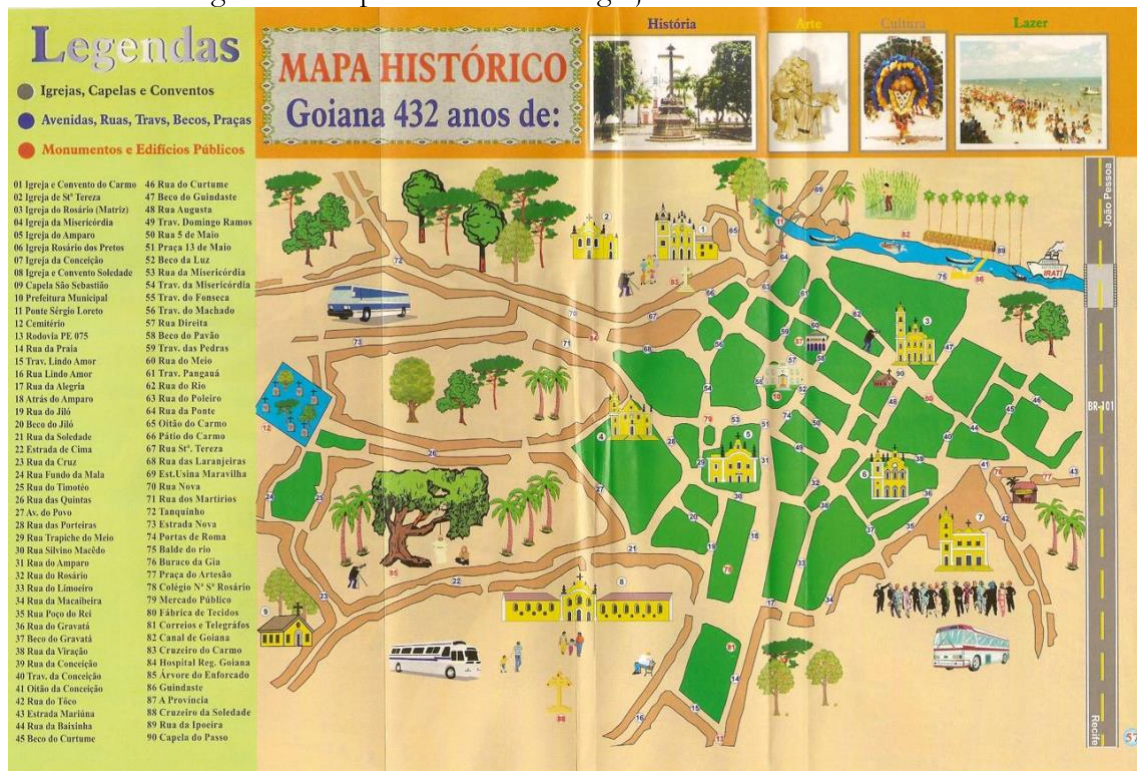
Essas construções ocorreram, em sua maioria, durante um período de grande prosperidade econômica e social para Goiana, especialmente após a invasão holandesa no Brasil (1630-1654). No início do século XIX, a vila de Goiana já se destacava como a mais próspera de Pernambuco, depois da vila do Recife e da capital, Olinda.

Goiana teve uma participação ativa em lutas políticas de relevância nacional, como a Revolução Republicana de 1817, a Confederação do Equador, em 1824, e a Revolta Praieira, em 1848. Além disso, a cidade esteve envolvida no conflito conhecido como Guerra dos Mascates (entre Recife e Olinda), contando com apoiadores e até pequenos

combates em seu território. Goiana também se destacou em movimentos sociais e cívicos, como a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, refletindo sua importância como núcleo urbano ao longo do século XIX. (FERRAZ, 2022; OLIVEIRA, 2009).

O cenário goianense do início do século XIX, durante o período de pré-independência e a estadia da Família Real Portuguesa no Brasil, foi registrado pelo viajante inglês Henry Koster, que deixou seu testemunho no livro *Travels in Brazil*, publicado em Londres em 1816, com versão em português intitulada *Viagens ao Nordeste do Brasil* (KOSTER, 1978). Nascido em Portugal, mas filho de ingleses, Koster chegou a Pernambuco em 1809 e, após arrendar o engenho Jaguaribe, na ilha de Itamaracá, em 1812, realizou viagens pelo Nordeste, então conhecido como Norte do Brasil. Nessas viagens, ele descreve a prosperidade da vila de Goiana nas duas primeiras décadas do século XIX, o que pode ser explicado por sua localização geográfica estratégica, nos limites com a então província da Paraíba e outras localidades circunvizinhas, posicionando-a como um polo econômico e político regional desde o período colonial. Além disso, a lei provincial nº 86, de 5 de maio de 1840, que elevou Goiana à condição de cidade, definiu seus limites geopolíticos, consolidando sua importância na região (COELHO, 1992 p. 79).

Figura 1 – Mapa dos circulo das igrejas coloniais de Goiana PE



Fonte: *Cavalcante (2012)*

Inicialmente, o projeto mapeou as igrejas do centro histórico de Goiana, considerando um conjunto significativo de edificações religiosas, incluindo não só as construções do centro da cidade, mas também alguns exemplares fora do perímetro urbano. Elencamos a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o Convento Santo Alberto e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Convento e a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, a Igreja de Santa Tereza D'Ávila, da Ordem Terceira do Carmo. Tencionávamos, ainda, incluir dois exemplares barrocos fora do centro, como a Capela de Santo Antônio do Engenho Novo, bem como a Igreja de São Lourenço de Tejucupapo. Dado o grande número de igrejas e a extensão espacial envolvida, foi necessária uma seleção criteriosa para viabilizar a execução do trabalho de extensão dentro de um prazo de um ano, conforme proposto pela UFPE. Dessa forma, as igrejas escolhidas para o desenvolvimento do projeto foram o Convento e a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo.

Figura 2 – Reunião com o presidente do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana Harlan de Albuquerque Gadelha Filho.



Fonte: *acervo dos autores, 2022*

Para o desenvolvimento do projeto em Goiana, foram selecionadas três igrejas históricas: o Convento e a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, a Igreja de Nossa Senhora

do Rosário dos Pretos, e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo. A escolha dessas igrejas foi baseada em diversos fatores, como a localização estratégica, a proximidade com escolas atendidas pelo projeto, e a recomendação dos membros do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO). Essas igrejas, além de serem importantes marcos históricos e arquitetônicos, possuem uma relevância cultural significativa para a região, propiciando um ambiente para o desenvolvimento de ações educativas e de valorização do patrimônio histórico local.

PRIMEIROS PASSOS DO PROJETO

O nosso projeto, apesar de ser uma ação não escolar, parte das reflexões do campo do Ensino de História, na qual entendemos que ao “Ensino de História cabe um papel educativo, formativo, cultural e político, e sua relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos” (SILVA; FONSECA, 2010, p. 24). O Projeto foi, então, estruturado em três etapas, sendo a primeira um levantamento de ações sobre o município de Goiana; a segunda, debates epistemológicos sobre a questão patrimonial e Ensino de História e a terceira, as iniciativas para com os estudantes da Educação Básica nesse município. Nesses encontros, se articularam os estudantes da UFPE e, em alguns momentos, representantes da Secretaria de Educação e Inovação da Prefeitura de Goiana e membros do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO).

Nessa etapa de levantamento preliminar realizado pelos estudantes sobre o estado da arte e as ações voltadas para o patrimônio histórico e cultural no circuito das igrejas católicas de Goiana, foram identificados alguns trabalhos, os quais destacaremos na sequência.

Em 2014, no Curso de Licenciatura Plena em História da Faculdade de Ciências e Tecnologias Prof. Dirson Maciel de Barros (FADIMAB), uma instituição privada que atuava em Goiana/PE, houve um debate, em uma das disciplinas do curso, sobre as dimensões patrimoniais locais. Esse debate serviu de base para a proposta de uma aula-visita ao conjunto patrimonial do sítio histórico do município de Goiana. Os relatos das ações desse projeto foram publicados no artigo de Rozalves Rafael N. de Lira, na revista *Periféria*, intitulado "Goiana de São Pedro, Goyanna de Dom Pedro: Lugares de Memória e

Evocações do Período Imperial (1822-1889) no atrativo histórico-urbano de Goiana, Pernambuco" (LIRA, 2015).

Outro trabalho apontado pelos estudantes é o de Milena Duarte de Oliveira Souza e Maristela Casé Costa Cunha, que discutem a nova fase de expansão industrial em Goiana, nas últimas décadas, e os riscos que esse crescimento representa para o patrimônio arqueológico, especialmente nas áreas urbana e rural. O artigo, publicado na *Revista Noctua* (2016), destaca a necessidade de uma gestão eficaz do patrimônio arqueológico no município (SOUZA; CUNHA, 2016).

Por fim, o trabalho mais antigo apontado pelos estudantes, a dissertação de mestrado de Angela Nífa Mendes de Andrade Cabral, apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, em 2013, explora a experiência da AMESG (Autarquia Municipal de Ensino Superior de Goiana), no curso de Pedagogia, enfatizando a formação de professores para atuar em espaços não escolares, incluindo o trabalho em espaços de patrimônio histórico em Goiana (CABRAL, 2013). O que mais se aproximou à proposta do projeto, até pela maneira como foi organizado, e por ser uma iniciativa de um curso de Licenciatura em História, foi a experiência descrita no artigo de Rozalves Lira.

Em relação aos debates epistemológicos, foi dada sequência aos debates da disciplina de Educação Patrimonial. Dentro dos aspectos legais, nos debruçamos sobre alguns documentos oficiais, bem como os regulatórios da Educação. Ao iniciar, trouxemos, junto ao grupo, um debate sobre como o estado brasileiro entende a relação da sociedade com o patrimônio Histórico e Cultural. A constituição de 1988, em seu Artigo 216, estabelece:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagens (BRASIL, 1988, s/n).

Partindo da definição de patrimônio cultural pela nossa Carta Magna, os alunos destacaram, com base em suas vivências e leituras na universidade, a importância de incorporar esses aspectos no contato com os alunos da educação básica que seriam

atendidos pelo projeto. Ressaltaram, ainda, a relevância de elementos que representam a identidade, a memória e as práticas dos diferentes grupos que formam a sociedade, enfatizando como os diversos grupos sociais entendem e reagem ao conjunto do circuito das igrejas católicas de Goiana.

Outro ponto destacado pelo grupo foi que, apesar do projeto lidar com bens tangíveis, que são as igrejas do centro histórico de Goiana, era necessário ficar atento aos aspectos imateriais que cercam esses espaços. Como o circuito de igrejas também desempenha um papel fundamental nas práticas de tradições culturais que compõem a identidade dos habitantes da cidade, o significado cultural desses espaços para a comunidade local pode variar entre diferentes grupos sociais, étnicos e geracionais.

Em relação aos documentos sobre a Escola, e por não se tratar de uma abordagem necessariamente curricular, o coletivo decidiu não incluir a BNCC no debate, visto que é um documento extenso, com abordagens específicas para cada unidade e ano escolar. Como o projeto visa congregar um coletivo de visitantes e escolas com idades escolares distintas, passamos a discutir um dos documentos balizadores importantes do final dos anos 1990, que repercutiu em vários debates na década de 2000: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998). Embora os PCNs estejam associados a uma dimensão ligada a aspectos neoliberais (ZANARDINI, 2003), eles promoveram debates importantes a partir da perspectiva da cidadania, destacando que se espera que, no Ensino Fundamental, o aluno possa:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. (BRASIL. MEC, 1998 p.7).

Uma compreensão presente nos debates foi a da dimensão de que cidadania, como participação social e política, envolve não apenas o exercício de direitos, mas também a responsabilidade de assumir deveres que contribuem para o bem-estar coletivo. Daí, perguntamos: Qual o entendimento dessas populações sobre os espaços patrimoniais e de que forma estabelecem laços de responsabilidade com esses espaços?

Nesse sentido, o grupo, que estava articulado também com o IHAGGO, viu a Educação Patrimonial como uma oportunidade de fortalecer esses valores e questionar

sobre como poderiam despertar tais dimensões entre os envolvidos da educação básica, visto que há uma multiplicidade de sujeitos que formam o corpo escolar.

Também aconteceram discussões do ponto de vista da Educação Patrimonial, na qual associamos autores das discussões sobre patrimônio histórico, que integravam o programa da disciplina “Educação patrimonial”, com o Guia de Educação Patrimonial publicado pelo IPHAM⁹.

As primeiras abordagens em debates por membros do grupo do projeto concentraram-se nas discussões sobre os "lugares de memória", originalmente desenvolvidas pelo historiador francês Pierre Nora (1993). A proposta buscava compreender como monumentos e locais, no presente, evocam memórias e geram reflexões sobre o passado.

Os lugares de memória possuem um significado mais amplo e complexo do que o nome sugere. Pierre Nora define um lugar de memória como sendo aquele que se manifesta em três dimensões: material, simbólica e funcional, todas coexistindo, embora em diferentes graus. Mesmo um local aparentemente puramente material, como um arquivo, só se torna um lugar de memória quando a imaginação o envolve com um simbolismo particular. Da mesma forma, um lugar de natureza funcional, como um manual escolar ou uma associação de veteranos, só é considerado um lugar de memória se estiver imbuído de um ritual ou prática simbólica. “(...) Os três aspectos coexistem sempre” (NORA, 1993, p.21-22).

Buscando a coexistência simbólica das dimensões patrimoniais, Ricardo Oriá (1998) estabelece que a memória acaba sendo sempre a principal baliza orientadora na perspectiva patrimonial, além das dimensões históricas acadêmicas ou escolares. As práticas da tradição estão mais intimamente ligadas a laços afetivos e a uma memória específica de um cotidiano passado do que necessariamente às interpretações e narrativas científicas desses elementos. Assim, torna-se evidente que qualquer ação de educação patrimonial, como a executada neste projeto, ocorre através de um contato direto, e até mesmo íntimo, com os elementos que formam a identidade desse público específico. A partir disso, encaminhamos

⁹ O guia de Educação patrimonial foi uma das publicações após os PCNs, e trazia debates sobre a educação para a cidadania, que foi comum no final dos anos 1990. O resultado dessas discussões, ao longo da década de 1980 e 1990, foi a construção do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999). O documento publicado pelo IPHAN, em parceria com o Museu Imperial, tornou-se um marco sobre a temática ao trazer em sua base as concepções de educação patrimonial inglesa. Para saber mais, ver Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf acessado em 02 de agosto de 2024.

nosso entendimento para a perspectiva patrimonial de Silvia Helena Zanirato (2007, p.137), que afirma: “(...) o patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou oriundos do presente, nos quais um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade”.

Uma das questões levantadas por membros do IHAGGO envolvidos no projeto, foi a dificuldade de manutenção desses conjuntos materiais e que, muitas vezes, o tombamento que deveria ser um instrumento legal em prol de preservação e da memória, muitas vezes acaba se tornando um elemento dificultador, pois o mercado imobiliário muitas vezes tende a desvalorizar tais imóveis pelo peso da manutenção de suas características originais (MEIRA, 2004).

Em outra medida, a concepção de tombamento, ou reconhecimento legal de um espaço como patrimônio, cria também uma dependência de reconhecimento dos possíveis financiadores de órgãos públicos e privados. Então, para que haja uma valorização do que é entendido como patrimônio histórico deve-se relacionar com políticas públicas culturais que venham fornecer meios para que se compartilhem valores e costumes que possam se comunicar entre si, e para que tenham um solo e uma origem supostamente comuns” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15). A Educação Patrimonial, num sentido de formação cidadã, demonstra a responsabilidade de todos que compreendem a comunidade, no estabelecimento de ações de preservação sobre seu uso cotidiano, dependendo também do reconhecimento destas comunidades PARA com esses espaços.

A discussão sobre o Guia, publicado pelo IPHAN, foi interessante para refletir sobre a identidade deste projeto e entender como ele não apenas aproxima as populações locais do espaço e de sua história, mas também pode ser um mediador da "alfabetização cultural", conforme exposto no texto do Guia.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo... A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Nesses debates, ficou evidente que a Educação Patrimonial deve ser um processo permanente e sistemático, e que as políticas públicas devem prever sua continuidade, pois a compreensão do que se entende por patrimônio histórico está em constante evolução. Reconhecemos que o Patrimônio Cultural é um caminho frutífero para pensar construção a historicidade dos diferentes lugares e para a atribuição de sentido a estes espaços (RÜSEN, 2015). Nossos debates ressaltaram a importância e o cuidado ao tratar dos patrimônios culturais e históricos de Goiana. Embora se tratasse de uma ação acadêmica, fundamentada em leituras sobre Patrimônio, Memória e História, não deveríamos esquecer que o projeto estava centrado, sobretudo, nas escutas desses indivíduos sobre o seu espaço.

O PROJETO EM AÇÃO

Após as aprovações nas instâncias universitárias, em abril de 2022, iniciou-se a divulgação das ações através das redes sociais, utilizando os perfis do Instagram dos Laboratórios LAEH e LEMATL. Os alunos também convidaram graduandos da Licenciatura em História da UFPE nos turnos da tarde e noite para participarem. Além das iniciativas presenciais, também foi disponibilizado um formulário do Google para a inscrição de alunos interessados em participar do projeto, facilitando a adesão e organização dos participantes.

Figura 3 – Arte de divulgação do projeto, com ilustrações da IGREJA DE SANTA TEREZA, DA Ordem Terceira, e da Igreja Nossa Senhora do Carmo (por Eduardo Verderame)



Fonte: *acervo dos autores, 2022*

Após duas reuniões com os coordenadores do projeto, foi decidido iniciar as atividades pelas igrejas do CENTRO HISTÓRICO, especificamente Pelo Convento e Igreja de Nossa Senhora da Soledade¹⁰, localizada na Rua da Soledade; na Igreja da Ordem Terceira do Convento do Carmo¹¹, na Praça Frei Caneca; e na Capela de Santo Antônio – Engenho Novo¹², na Usina Nossa Senhora das Maravilhas. Apesar de ser mais distante, a Capela foi escolhida devido à presença da Escola Municipal Nossa Senhora das Maravilhas, uma instituição importante na região.

¹⁰ Patrimônio tombado a partir do Processo: 147-T-1938, no Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 227, de 25/10/1938 Fonte: FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco Nome atribuído: Capela do Engenho Novo de Stº Antônio – Goiana Livro do Tombo: LIVRO Nº II – EDIFÍCIOS E MONUMENTOS ISOLADOS Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/goiana-convento-e-igreja-de-nossa-senhora-da-soledade/> acesso em 02 de setembro de 2024

¹¹ Patrimônio tombado a partir do Processo: 147-T-1938, no Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 229, de 25/10/1938 Fonte: FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco Nome atribuído: Capela do Engenho Novo de Stº Antônio – Goiana Livro do Tombo: LIVRO Nº II – EDIFÍCIOS E MONUMENTOS ISOLADOS Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/goiana-igreja-da-ordem-terceira-do-carmo> acesso em 02 de setembro de 2024

¹² Patrimônio tombado a partir do Processo: 147-T-1938, no Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 228, de 25/10/1938 Fonte: FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco Nome atribuído: Capela do Engenho Novo de Stº Antônio – Goiana Livro do Tombo: LIVRO Nº II – EDIFÍCIOS E MONUMENTOS ISOLADOS Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/goiana-capela-de-santo-antonio/> acesso em 02 de setembro de 2024

A Igreja e Convento de Nossa Senhora da Soledade foram fundados em 1752, “era um reconhecimento recolhimento de freiras não professoras (...) Foi fundada em 1752 por João Soledade e Alexandre de Souza, destinado a clausura de mulheres honestas” (SILVA, 2009 p. 31). O ermitão João da Soledade e Alexandre de Souza iniciaram a construção nas terras do Engenho Boa Vista, doadas pelo capitão-mor José Camelo Pessoa, e concluída por volta de 1755 (SILVA, 2009). O convento, que representa uma transição entre o maneirismo e o barroco, abriga três altares laterais e três imagens brasileiras de madeira do século XVII¹³. Anexa à igreja, funciona o Abrigo São José para idosos. O imóvel, tombado pelo IPHAN desde 1938, também possui uma roda de esmolas que também era utilizada para acolher crianças rejeitadas (MILLER, 2015). A igreja desempenhou um papel significativo na Revolução Pernambucana de 1817, sendo um ponto de encontro para José Camelo Pessoa de Melo e outros insurgentes (CABRAL, 2008), influenciados por ideias iluministas, em suas discussões sobre a emancipação de Pernambuco da Coroa Portuguesa.

Figura 4 – Sequência de capturas de tela via *stories* do Instagram do LAEH – Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História, com as visitas guiadas pela graduanda e integrante do projeto Maria Carolina, no Convento do Carmo – Goiana, 2022.

¹³ Tais detalhes estão presente na descrição inventariada presente no site Goiana dos caboclinhos. Disponível em: <http://goianadoscaboclinhos.com.br/portfolio/convento-e-igreja-de-nossa-senhora-da-soledade/> acesso em 29 de agosto de 2024.



Fonte: *acervo dos autores, 2022*

A igreja de Santa Tereza d'Avila, da Ordem Terceira do Carmo, foi construída no século XVIII, quando Goiana era um dos centros “produtores de açúcar mais importantes durante os séculos XVII e XVIII. A construção de um convento da ordem primeira seguia a mesma lógica de ocupação do território”– (HONOR, 2013, p. 27). A construção é marcada pelo estilo barroco, a importância na história da ordem carmelita no Brasil, sendo o berço da reforma Turônica, que buscava resgatar o espírito carmelitano de vida comum. Frei Caneca, uma figura histórica de Pernambuco, foi um dos destaques dessa reforma (HONOR, 2014).

Figura 5 – Sequência de capturas de tela de stories do Instagram do LAEH – Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História, com as visitas guiadas na **Igreja do Convento do Carmo**– Goiana, 2022.



Fonte: *acervo dos autores, 2022*

A Capela de Santo Antônio pertence às terras do antigo Engenho Novo, posteriormente arrendado pela Usina Nossa Senhora das Maravilhas e, atualmente, sob propriedade da Usina Santa Tereza (PEREIRA, 2017). No interior da capela, destaca-se uma placa localizada no início da nave, marcando o local onde, ORIGINALMENTE, foi sepultado o herói da Restauração Pernambucana, André Vidal de Negreiros (SOUZA, 2012). O oratório é simples, com poucas imagens, mas a capela possui grande valor histórico e foi tombada como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN em 1938.

Essas igrejas, além de serem importantes marcos históricos e arquitetônicos, possuem uma relevância cultural significativa para a comunidade, possibilitando processos de aprendizagem histórica significativa, além das páginas das histórias dos livros didáticos. Essa abordagem permite que os alunos, por meio do "pensar historicamente" e da cultura histórica, compreendam os processos históricos relacionados à sua localidade.

A ideia de "pensar historicamente" está intimamente ligada às dimensões propostas por Lévesque, que incluem a construção de sentido e significado em História. Ele apresenta

o conceito de **Significância Histórica**¹⁴ (LÉVESQUE, 2008, p. 36), que envolve a avaliação do que é importante no passado e porque certos eventos, pessoas ou ideias são considerados relevantes. No contexto do projeto, isso permitiu que os estudantes visitantes, enxergassem processos históricos através da importância dessas igrejas na composição e valorização desses espaços tombados, buscando entender a importância e a relação desses espaços que desempenharam ao longo do tempo com a comunidade.

Outro aspecto fundamental é a **Evidência Histórica**¹⁵ (p. 128), que se refere à análise crítica das fontes históricas. Os alunos são ensinados a examinar e interpretar evidências, considerando a confiabilidade e a relevância das fontes primárias e secundárias. As igrejas, pensando como monumentos-documentos históricos passam a ser questionadas, por exemplo: por que existiam igrejas específicas para as comunidades dos negros; qual a razão de a igreja possuir espaços distintos e mais privilegiados para que as pessoas acompanhassem a missa? Essas foram só algumas das várias questões levantadas nos processos de visitação.

Lévesque também destaca a **Empatia Histórica**¹⁶ (p.38), que envolve a capacidade de entender as perspectivas das pessoas do passado, reconhecendo a complexidade de suas experiências, descartamos que a empatia não se trata de dimensão moral sobre as atitudes e decisões dos personagens do passado, mas sim, um processo de entender, e até mesmo imaginar, que tais personagens respondem as eminências e necessidades de seu tempo e da sua historicidade.

Complementando essas reflexões, Rüsen (2015) apresenta as dimensões estética e cognitiva da **Cultura Histórica**, sendo que estética envolve a interrelação entre as formas de representação e as funções de orientação histórica, mediada pela poética e retórica da representação histórica. Isso pode ser observado no projeto por meio da maneira como as igrejas são representadas e interpretadas como espaços que simbolizam, ao mesmo tempo, uma sociedade calcada na religiosidade, mas também, a maneira como esses espaços são constituídos e sua permanência diante do tempo. Demonstram o poder e a interferência que a religião exercia sobre os seus seguidores. Já a dimensão cognitiva, por sua vez, está ligada à função de aprendizagem do processo histórico, que permite a compreensão do

¹⁴ Termo original da publicação em inglês: *Historical Significance*. Tradução nossa.

¹⁵ Termo original da publicação em inglês: *Historical Evidence*. Tradução nossa.

¹⁶ Termo original da publicação em inglês: *Historical Empathy*. Tradução nossa.

passado em termos significativos e coerentes, tanto pela objetividade da História como ciência, bem como pela subjetividade da História como construção humana.

Tais referenciais teóricas nortearam e integraram a prática do projeto na cidade, promovendo uma formação que não apenas explora o patrimônio material, mas também fomenta entendimentos sobre as possíveis consciências históricas entre os participantes e os sujeitos da cidade.

Vale destacar que visitas guiadas foram cuidadosamente planejadas, tendo por princípio a escuta. Foram organizadas visitas de estudantes das escolas da área próxima a esses bens tombados. Numa primeira abordagem, era perguntado aos estudantes o que eles conheciam daquele local, e o que sentido aquele espaço fazia para eles. De maneira geral, essa foi a orientação junto aos integrantes do projeto.

O campo da Didática da História, é um campo de pesquisa que pensa as relações de aprendizagem histórica a partir das construções de sentido, sendo “uma parte integral e importante dos estudos históricos” (RÜSEN, 2006, p. 08). A formação de sentido, estaria associada à construção de Consciência Histórica (SZLACHTA JUNIOR; RAMOS, 2019), na qual Rüsen define como “um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana” (RÜSEN, 2006, p. 16).

Quando questionados, em ambos os espaços, os estudantes tentavam fazer relações com a História Europeia, e que aqueles espaços seriam tão somente uma manifestação do velho mundo nas Américas; nestes questionamentos, ficaram evidentes as carências de orientação. Como confirma Rüsen, a “carência de orientação é um diagnóstico presente” (2012, p. 10) e, através de pensar com os visitantes esses espaços, bem como as narrativas históricas através deles, é possível estabelecer que “o pensamento histórico surge precisamente em resposta a essas carências” (*Idem*, p. 13).

A Didática da História, mesmo em suas distintas formas de organizações e conceitos em cada país (BONETE; SZLACHTA JUNIOR, 2023), destaca que a aprendizagem histórica se ampara na capacidade de compreender o passado de forma crítica, utilizando habilidades e conceitos próprios da disciplina de história. Isso envolve não apenas conhecer fatos e eventos, mas também interpretar as fontes, analisar contextos, avaliar diferentes perspectivas e seus atores, e reconhecer as construções narrativas ao longo do tempo, questionando, quando necessário, formas simplistas e desenvolvendo uma

visão não necessariamente de historiadores para as crianças, mas sim, de seres historicamente constituídos e conscientes das múltiplas historicidades.

Por mais que esses espaços estejam na realidade desses indivíduos, o significado de sua construção adquire múltiplas interpretações, e os significados que compõem esses ambientes tomam outras visões de acordo com a realidade de cada geração. É por isso que as aulas de história se pautam e se baseiam nos objetivos da aprendizagem histórica, como "a qualificação do pensamento, trabalho, argumentação e julgamento de uma maneira histórica" (BORRIES, 2016, p. 178). Utilizamos as referências que recebemos na vida cotidiana para transformar o passado em sentido histórico.

Uma das preocupações era realizar atividades, além das ações nos Casarão do Poeta Ademar Tavares¹⁷, sede do IHAGGO. Neste espaço, além de ser um ambiente de formação cultural, casa de um importante personagem da literatura nordestina, houve a possibilidade de intercruzar questões do ambiente escolar, dos espaços patrimoniais e das atividades do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana.

Figura 6 – Sequência de capturas de tela de Sories do Instagram do LAEH – Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História, com a formação de Educação Patrimonial no Casarão do Poeta Ademar Tavares, sede do IHAGGO – Goiana, 2022.

¹⁷ Importante poeta modernista recifense, membro da Academia Brasileira de Letras; para conhecer mais sobre o poeta, indicamos a leitura: TAVARES, Ademar. Poesias completas. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1958.



Fonte: *acervo dos autores, 2022*

As ações de formação que ocorreram no Casarão do Poeta Ademar Tavares destacaram a importância da história local e a relação de Goiana com a história do Brasil. Durante essas formações, foi ressaltada a conexão entre os personagens históricos e os espaços significativos da cidade. Além dos alunos da UFPE envolvidos no projeto, voluntários do IHAGGO, também participaram, contribuindo para a educação das crianças sobre o patrimônio histórico e cultural da região.

Figura 7 – Graduandas e integrante do projeto Andreza e Maria Carolina dando oficina de formação continuada para professores da rede na semana pedagógica na SEDUC - RECIFE PE 2023



Fonte: *acervo dos autores, 2022*

O sucesso do projeto nas escolas, entre professores, alunos e cidadãos de Goiana, foi tão expressivo que a iniciativa ultrapassou os limites desenhados pelo projeto, chamando a atenção da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEDUC). Como resultado, duas integrantes do projeto foram convidadas a contribuir com a formação continuada dos professores da rede pública do estado de Pernambuco. Foram abordados detalhes e ações do projeto, e como o pensar historicamente pode possibilitar uma aprendizagem histórica que faça sentido aos indivíduos e sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Meu Lugar na História" destacou-se como uma relevante iniciativa de extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), voltada para a educação patrimonial no município de Goiana, Pernambuco. Desenvolvido com base na disciplina "Educação Patrimonial" do curso de Licenciatura em História, o projeto teve como foco o circuito de igrejas católicas da região, promovendo a integração entre diferentes atores sociais. A colaboração entre o Departamento de História da UFPE, os laboratórios LAEH e LEMATL, o Departamento de Ensino e Currículo do Centro de Educação, a Secretaria de Educação e Inovação (SECEDI) e o Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO) foi fundamental para o sucesso da proposta.

A iniciativa não apenas proporcionou aos estudantes universitários e da Educação Básica um contato orgânico e significativo com o patrimônio edificado e cultural local, como também estimulou reflexões sobre os processos históricos destes espaços, bem como sobre a importância desses bens sobre as múltiplas identidades dos goianenses, e o entendimento e construção de sentido do vínculo entre os cidadãos e sua história.

Nesse sentido, convém destacar que o conceito de **significância histórica**, apresentado por Lévesque (2008), foi essencial para entender a complexidade de transformações históricas que o município, o estado e o país sofreram, e o que aqueles espaços representam nesse processo. Além disso, a **evidência histórica** permitiu analisar criticamente tais espaços e perceber com olhos curiosos e atentos como esses espaços são dotados de grandes significados históricos. Já o conceito de **empatia histórica**, ao incentivar os estudantes a compreenderem os contextos e as experiências das gerações passadas, que construíram e frequentaram essas igrejas, e como esses resquícios formam as paisagens e ambientes em que convivem, bem como, definem a identidade e reconhecimento dos habitantes da cidade. Isso contribuiu para que os participantes evitassem julgamentos anacrônicos e desenvolvessem uma compreensão mais aprofundada das complexidades sociais e culturais envolvendo o passado.

Os conceitos de cultura histórica **estética** e cultura histórica **cognitiva** de Rüsen (2015) ajudaram a estruturar a representação do patrimônio histórico, articulando as formas de representação do passado com as funções de orientação histórica. O projeto buscou, por meio dessas estratégias, constituir novos olhares sobre o patrimônio cultural local, reforçando sua relevância para a construção de identidades e o fortalecimento do vínculo entre os cidadãos e sua história.

Conforme Pinto (2012, p.197), a abordagem de temas e questões relativas à história local pode levar os estudantes produzirem reflexões sobre evidência histórica e patrimonial, a questionarem e a ouvirem diferentes opiniões, argumentos e decisões. Para que isso ocorra, de forma consistente, é necessário desenvolver atividades desafiadoras mediante o uso de fontes patrimoniais de modo que tais ações contribuam para o desenvolvimento da compreensão de conceitos históricos pelos estudantes, bem como da interpretação dos contributos sociais, culturais e econômicos que envolvem a sociedade.

O conjunto das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto aqui relatado procurou ir além da mera visitação dos espaços históricos e do circuito das igrejas barrocas em Goiana. Almejamos, através da educação patrimonial, proporcionar experiências de interações com as histórias, memórias e temporalidades, pois como nos afirma Pinto (2012, p.215), é preciso “ultrapassar uma visão impressionista de experiência meramente lúdica de saída do espaço escolar e reconhecer o seu papel no desenvolvimento da compreensão da evidência pelos alunos, envolvendo-os na construção do seu conhecimento histórico”.

Ainda convém apontar, conforme nos mostra Tolentino (2016), que atuar com a educação patrimonial, exige se despir do olhar fetichizado do patrimônio, como algo pronto e determinado. Cabe aos professores/educadores criarem caminhos para o trabalho colaborativo, de modo que se conheça aspectos relevantes da cultura local, dos saberes, das vivências das comunidades onde esse patrimônio cultural está construído. Em outras palavras, o compromisso com a diversidade cultural é algo necessário, sobretudo para a valorização das referências culturais e identitárias das comunidades.

Em recente entrevista concedida à *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Schmidt (2024) tece uma afirmação que coaduna-se com as atividades desenvolvidas e aqui relatadas:

A realização metódica na aula de História, seja onde ela acontecer, significa que professores e alunos percorrem juntos o processo de reconstrução do conhecimento na fase atual da ciência histórica. Isso não significa produzir conhecimento por meio de pesquisas, nem transformar alunos em historiadores, mas contribuir para que as pessoas aprendam como se faz para pensar historicamente (SCHMIDT; SZLACHTA JUNIOR, 2024, p.6).

Compartilhamos da mesma posição da autora, pois entendemos que a aprendizagem histórica pode ocorrer em múltiplos lugares, não apenas no contexto escolar. A educação patrimonial, tal como proposta ao longo desse texto, pode ser uma contundente via para proporcionar momentos de interações com os espaços públicos, com

a interpretação de fontes patrimoniais e para o desenvolvimento de competências que auxiliam na formação do pensamento históricos dos sujeitos que entram em contato com essas dimensões históricas.

Por fim, na perspectiva de Rüsen (2015), a aprendizagem histórica envolve o desenvolvimento da competência narrativa que visa a construção de interpretações sobre o passado, o entendimento do presente e uma avaliação sobre os futuros possíveis. Nesse sentido, o projeto “Meu Lugar na História” buscou também contribuir para o fortalecimento das relações entre formação de identidades e a consciência histórica.

O empenho e dedicação dos estudantes da Licenciatura em História da UFPE, que enfrentaram inúmeras dificuldades ao longo do caminho, mas nunca deixaram de acreditar na importância deste trabalho. Foi graças à determinação e compromisso de todos e todas, que conseguimos transformar desafios em oportunidades de aprendizado, reafirmando a relevância do patrimônio histórico de Goiana e o papel que ele desempenha na formação crítica e cidadã. Este projeto é o resultado do esforço coletivo, e sou profundamente grato a cada pessoa e instituição envolvida.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n° 19: p. 29-42, set. 89/fev. 90.

BONETE, Wilian Junior; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. A Didática da História: um inventário das proximidades em pesquisas na Europa e Canadá. **História Revista**, v. 28, n. 2, p. 33-59, 2023.

BORRIES, Bodo von. Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico? **Educar em Revista**, 60, p. 171-196, 2016.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 25 agosto de 2024.

CABRAL, Ângela Ninfa Mendes de Andrade. **Políticas de formação do pedagogo para atuação em espaços não escolares: o projeto político pedagógico da Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana-PE**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação, UFPB, João Pessoa, 170p. 2013.

CABRAL, Flavio José Gomes. **Conversas reservadas: Vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil.** Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em História UFPE – Recife - PE, 313p. 2008.

CAVALCANTE, Sebastião Antunes. **O Design de Manoel Bandeira: aspectos da memória gráfica de Pernambuco.** Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Design da UFPE – Recife, 143p., 2012.

COELHO, Maria do Socorro Alves. O sistema urbano nordestino: estrutura através do tempo. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, ano, v. 54, p. 75-93. 1992

DUMARESK, Adriana Santos Franco. Preservar e hospedar: Uma simbiose no Centro Histórico de Goiana-PE. In **Portal de Trabalhos Acadêmicos**, v. 5, n. 2, 2018.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX.** Cepe editora, 2022.

GONTIJO, Rebeca. Cultura histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV, 2019, p.66-71.

HONOR, André Cabral. A exposição da carne: condutas sexuais de carmelitas reformados na América portuguesa do século XVIII. **Oficina do Historiador**, v. 7, n. 2, p. 197-220, 2014.

HONOR, André Cabral. **Universo Cultural Carmelita no além-mar: formação e atuação dos carmelitas reformados nas capitânicas do norte do Estado do Brasil (sécs. XVI a XVIII)** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Iphan, 1999.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** 2. ed. Recife: SEDUC, 1978.

LÉVESQUE, Stephen. **Thinking Historically: Educating Students for the Twenty-First Century.** Toronto: University of Toronto Press, 2008.

LIRA, Rozalves Rafael N. de. Goiana de São Pedro, Goyanna de Dom Pedro: Lugares de Memória e Evocações do Período Imperial (1822-1889) no atrativo histórico-urbano de Goiana, Pernambuco. **Periferia**, v. 7, n. 2, p. 40-58, 2015.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o Patrimônio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p.135-155, jun. 2008.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, v. 10, 2004.

MENSES, José Newton Coelho. O Patrimônio e a compreensão do passado: experiência intelectual e diálogo público. In: ALMEIDA, Juniêle Rabelo; MENESES, Sônia. (orgs). **Historia Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.21-32.

MILLER, Joseph. **Goiana do Caboquinhos**. Website, 2015. Disponível em <https://goianadoscaboclinhos.com.br> acesso em: 27 de agosto de 2024

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Emanuel Lopes de Souza. Múltiplas faces dos conflitos de terra: escravos, lavradores de roça e senhores no final da escravidão na Mata Norte de Pernambuco In: **Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, p 1-10, Fortaleza, 2009.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e ensino de História**. O saber histórico na sala de aula, v. 12, p. 128-148, 1998.

PEREIRA, Clarisse dos Santos. **Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980)**. 2017. Dissertação de Mestrado. - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Pernambuco.

PINTO, Helena. Interpretação de fontes patrimoniais em educação histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 187-218, jan/jun, 2012.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis educativa**, v. 1, n. 02, p. 07-16, 2006.

RÜSEN, Jörn. Forming historical consciousness—Towards a humanistic history didactics. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 519-536, 2012.

RÜSEN, Jörn. O que é cultura histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da Didática da História**. Curitiba: WA Editores, 2016, p.53-83.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTOS, Caroline Gonçalves dos. **A financeirização do capital imobiliário e os grandes projetos urbanos: implicações na produção do espaço urbano contemporâneo em Goiana e em São Lourenço da Mata na Região Metropolitana do Recife**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano UFPE – Recife - PE, 346p. 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. “A Didática Reconstrutivista da História: um marco na historiografia do Ensino de História”. [Entrevista cedida a] Arnaldo Martin Szlachta Junior, **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 42, 2024, pp.1-6.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e aprendizagem histórica, **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p.31-50, jan/jun, 2014.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n.60, p. 13-33,2010.

SILVA, Maria de Jesus Santana. **Devoção e resistência: as Irmandades de Homens Pretos de Goiana (1830-1850)**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Unicap – Recife -PE 131p. 2009.

SOUZA, Leandro Nascimento de. **Angola pernambucana? Os governos angolanos de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, e seus interesses na Capitania de Pernambuco, 1658 a 1666**. In: Seminário Internacional História e Historiografia; Seminário de Pesquisa do Departamento de História da UFC, 10, 1-3 out. 2012, Fortaleza (CE). Anais. Fortaleza (Ce): Expressão Gráfica; Wave Media, 2012.

SOUZA, Milena Duarte de Oliveira; CUNHA, Maristela Casé Costa. Subsídios para a gestão do patrimônio arqueológico do município de Goiana, Pernambuco, Brasil. **Revista Noctua**, v. 1, p. 4-24, 2016.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; RAMOS, Márcia Elisa Teté. Narrativas históricas na tecnosfera: a responsabilidade de ensinar História através da internet. In: RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo; FRONZA, Marcelo. **Ensino de História e Internet: aprendizagens conectadas**. São Paulo: Paruna Editora, p. 13-35, 2021.

TARGINO, Gekbede Dantas. **Sobre as Águas: A Tradição e a Pesca Artesanal em Três Comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE**. Editora Appris, 2022.

TOLENTINO, Átila O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder a ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016, p.39-48.

ZANARDINI, João Batista. Os PCNs como proposição de currículo do contexto histórico, político e econômico das políticas educacionais neoliberais. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação No Brasil, v. 6, 2003.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2007.

Recebido em: 02 de outubro de 2024

Avaliado em: 02 de dezembro de 2024